

36

II PARTE

1. CARACTERIZAÇÃO DA SITUAÇÃO POLÍTICA,
ECONÓMICA E SOCIAL

Na sua qualidade de dirigente do nosso povo na luta pela total libertação da exploração e dominação coloniais, o nosso Partido conduziu o nosso povo na Guiné e em Cabo Verde à conquista da independência total, à tomada do poder político completo nas suas mãos. Devido ao enorme prestígio alcançado pelo nosso Partido durante a luta armada de libertação nacional pôde esta facilmente fazer valer a sua autoridade em todo o país, tanto na Guiné como em Cabo Verde, apesar de algumas manobras levadas a cabo pelo inimigo para tentar retardar a afirmação soberana da força e autoridade do Partido, aceites livremente por todo o nosso povo. Na Guiné, em consequência da luta armada, parecia mais real e poderosa a presença do Partido. Porém, todo o processo que se desenvolveu em Cabo Verde, durante o período de transição que vai do 25 de Abril até à proclamação da independência, e o resultado das eleições livres e democráticas que antes tiveram lugar provaram à sociedade o apoio incondicional e indiscutível que o nosso povo concede ao nosso Partido e mostra a grande confiança que nele deposita.

Tanto na Guiné como em Cabo Verde a situação política, económica e social caracteriza-se por esta 1ª realidade : o apoio amplo dado pelo nosso povo ao nosso Partido.

.../...

Uma outra característica política da situação actual é a afirmação do espírito democrático das sociedades que criámos.

Seguindo as directivas do nosso Partido, os nossos Governos na Guiné e em Cabo Verde têm agido de forma a consolidar o espírito democrático da Nação, auscultando as massas, falando-lhes com franqueza, pedindo-lhes a sua opinião, fazendo-as intervir de uma forma crescente e cada vez mais organizada. Apesar de algumas debilidades que ainda apresenta o trabalho político, têm havido da parte das massas do nosso povo uma compreensão real pelas nossas dificuldades e um esforço positivo em vários sectores da actividade para uma real integração na linha de acção por nós preconizada e levada a cabo passo a passo. Tanto na Guiné como em Cabo Verde tem-se alargado gradualmente o hábito do trabalho voluntário no qual a população e a juventude têm participado com entusiasmo crescente. O ano passado jovens caboverdianos deram a sua contribuição no Centro agro-político de ^{Boiama} Quinhamel. Recentemente, jovens guineenses da JAAC deslocaram-se a Cabo Verde onde vão permanecer um mês, para ajudar nos trabalhos agrícolas. Em diversos aspectos além destes, se concretiza, pouco a pouco, na prática, o espírito da unidade entre a Guiné e Cabo Verde que anima os militantes e simpatizantes do Partido, a juventude e o povo em geral.

O entusiasmo com que as populações do Sul da Guiné receberam a visita do camarada Presidente do Conselho de Estado e, sobretudo, a alta compreensão que mostraram pelas dificuldades que o

Governo enfrenta ; a contribuição da população de Cabo Verde para a formação das milícias, a atitude serena e paciente do povo de S. Vicente quando há dias a água faltou por completo nessa Ilha, são bem o testemunho inequívoco da confiança que o nosso povo deposita no nosso grande Partido e nos nossos Governos.

Para compreendermos bem a realidade actual que estamos a viver, a verdadeira razão de ser das nossas dificuldades, os passos importantes que já demos em pouco menos de 2 anos de tomada total do poder pelo nosso Partido na Guiné e em Cabo Verde, necessitamos de fazer referência, embora de forma sucinta, à situação real de que partimos. Sabemos quão triste e pesada é a herança deixada pelo colonialismo português - o atraso económico, com uma agricultura retardada e sem indústrias ; o analfabetismo e o obscurantismo ; a subalimentação generalizada ; uma administração obsoleta e altamente burocratizada ; ausência de infraestruturas rodoviárias e portuárias, de transportes e télécomunicações . Sem exagero podemos dizer que partimos do zero. Isto quer dizer que temos de enfrentar inumeráveis dificuldades, que temos que empregar esforços imensos para as vencermos todas, que temos de nos dedicar afincadamente na busca de meios para solucionarmos os problemas da nossa reconstrução nacional, que temos de trabalhar sem descanso, com perseverança e determinação, para levarmos a cabo as tarefas que nos propusermos e promover o desenvolvimento gradual mas seguro das nossas sociedades, em benefício do nosso povo e, particularmente, das massas trabalhadoras dos nossos países.

Os sucessos alcançados através da luta armada de libertação nacional, a realidade nova construída nas regiões libertadas, levaram os colonialistas portugueses, num dado momento, a recorrerem a todo um conjunto de medidas demagógicas, para tentar fazer face às conseqüências da ofensiva política do P.A.I.G.C., cimentada pelas realidades, tanto no plano interno como internacional. É nesse contexto que surgem tanto na Guiné como em Cabo Verde os preços políticos para alguns artigos de consumo, nomeadamente o caso do arroz, na Guiné e do milho em Cabo Verde. Tais preços eram possíveis porque o colonialismo tirava a sua compensação, mesmo económica, da exploração que fazia do nosso povo. Em Cabo Verde os colonialistas portugueses instauraram o sistema das verbas de "Apoio" que teve como conseqüência o beneficiar essencialmente o comércio privado parasitário e criar nos "beneficiários" atitudes deformadas em relação ao trabalho, uma mentalidade voltada para o oportunismo (aproveitar o melhor e o mais possível, fazendo o mínimo necessário). Tais despesas eram puramente demagógicas; elas não tinham como objectivo nem estimular a produção, nem servir de fontes de investimento em sectores produtivos.

A demagogia política colonialista bem organizada e orquestrada, fazia parte da sua linha de acção estratégica global de tentar manter as aparências, procurando impô-las como realidade que traduzissem alguma preocupação pela vida e futuro do nosso povo. Mas essa política, assente também, ao mesmo tempo, numa re-

pressão cruel e constante, teve como objectivo deformar a realidade, criar uma mentalidade voltada para as coisas superficiais da vida, não preocupado com o futuro da terra mas com os seus interesses pessoais e imediatos, criar a corrupção, hábitos individualistas, o espírito de adulação, o oportunismo e o carreirismo. Alguma coisa resultou da aplicação de uma tal política, contra cujas consequências em certas camadas da população, temos de lutar com firmeza e determinação. Os seus efeitos são principalmente notados no seio do funcionalismo público, particularmente na camada mais velha junto de quem se arreigaram certos maus hábitos, o burocratismo e "o deixar ir" ou "deixar andar".

Actualmente, na Guiné-Bissau e em Cabo Verde a situação política caracteriza-se por uma total estabilidade política dos 2 Governos, uma iniciativa crescente do Partido e das organizações de massas, apesar de algumas debilidades em certos aspectos da sua actuação ; um apoio crescente da grande maioria das nossas populações, com uma participação efectiva crescente nas tarefas de reconstrução nacional ; inexistência de agitação social contrária aos superiores interesses dos nossos Estados.

Tal situação política é um factor altamente favorável às iniciativas que estamos a levar a cabo e às tarefas que temos de continuar a realizar para promover o desenvolvimento económico dos nossos países, condição essencial e indispensável para o bem-estar, o progresso e a felicidade do nosso povo, objectivo primordial do

nosso Partido.

Quais são, nas suas linhas gerais, as características comuns actuais da situação económica e financeira em que nos encontramos na Guiné e Cabo Verde ?

Elas são essencialmente as seguintes, alén da já mencionada ausência de infraestruturas nos sectores primário (agricultura, pescas, extracções mineiras) secundário (indústrias) e terciário (comércio e Serviços) :

- desemprego
- desequilíbrio orçamental e situação de "deficit"
- deficit nas balanças comerciais
- alta de preços
- atrasos no pagamento dos salários
- dificuldades na tarefa de coordenação da actividade governativa como um todo, e uma certa tendência, em alguns departamentos, para uma acção isolada, fugindo-se por vezes à aceitação de uma disciplina colectiva, necessária para uma acção uniforme, metódica e harmoniosa.
- dinamismo e audácia da parte dos dois Governos no sentido da concretização de programas e projectos que estão a permitir a melhoria gradual da situação económica e social.

Falaremos a seguir um pouco mais detalhadamente das características que acabamos de citar.

Sobre o problema do desemprego, devemos esclarecer que

.../...

a entrada dos naturais do país, na Guiné, vindos sobretudo dos países vizinhos, e em Cabo Verde, provenientes principalmente de Angola e Portugal, não facilitou a nossa situação mas, de acordo com os nossos princípios, considerámos como um dever receber na sua terra natal esses nossos compatriotas. A situação tornou-se para nós mais delicada devido ao facto de muita dessa gente não representar mão-de-obra qualificada. Temos pois, por um lado, um excedente de mão-de-obra não qualificada, e por outro, falta de mão-de-obra qualificada porque o número de quadros médios e superiores que a nós se juntou, para levar a cabo o trabalho de edificação nacional é, na verdade, diminuto, em relação às necessidades de reconstrução, e ao dinamismo que queremos emprestar às actividades primordiais, para o desenvolvimento dos nossos países. Temos esperança de que alguns compatriotas com sólida formação profissional e técnica, média e superior, que até aqui não se decidiram a regressar à terra, o façam, pondo-se ao serviço do seu povo.

Em Cabo Verde o problema do desemprego é ainda agravado pela seca.

Só em S. Vicente há 6.000 desempregados e o Governo concede assistência a cerca de 3.000 famílias, o que perfaz mais ou menos um total de umas 15.000 pessoas assistidas.

Na Guiné, a situação criada pela guerra contribuiu para as actuais dificuldades no domínio do desemprego. Tanto num como

noutro país é necessário que se alie o desenvolvimento progressivo do país, à criação de novos postos de trabalho e se empreendam cada vez mais iniciativas que levem ao exercício de pequenas actividades, que apliquen mão-de-obra, e se fomentem as cooperativas. Tanto na Guiné como em Cabo Verde estão já em funcionamento algumas cooperativas, ainda incipientes. Com o alargamento da nossa experiência neste domínio, as existentes deverão reestruturar-se melhor, sobretudo no que diz respeito à gestão económica e financeira, e devemos criar, além de cooperativas de consumo, também cooperativas de produção e, muito especialmente, cooperativas agrícolas e de pesca.

No domínio propriamente financeiro, a elaboração dos nossos primeiros orçamentos, na qualidade de países soberanos e independentes, concebidos e estruturados com o nosso próprio esforço e a exclusiva participação da nossa gente, foi uma vitória importante que devemos assinalar. É certo que tais orçamentos ainda seguem muito os moldes tradicionais mas era difícil, senão impossível, que assim não fosse. As estruturas económicas e financeiras criadas na Guiné e Cabo Verde assemelham-se nas suas linhas gerais, mas às vezes há diferenças no que respeita às funções relativas que cabem a alguns organismos paralelos.

Tanto num como noutro país se procedeu, logo após a independência, a uma revisão da tabela de vencimentos dos servidores do Estado, adoptada desde o tempo colonial, no sentido de atenuar

certas diferenças, e corrigir algumas injustiças. Em ambos os lados se seguiu o critério de remunerar de forma especial certa categoria de técnicos. Num e noutro lado os funcionários dos Bancos e o pessoal técnico dos Aeroportos são pagos de forma diferente da generalidade dos funcionários, ganhando mais.

Tanto na Guiné como em Cabo Verde as maiores despesas do Orçamento encontram-se nas Forças Armadas e na Educação, nas posições relativas invertidas. Na Guiné a maior percentagem das despesas cabe às Forças Armadas, ao passo que em Cabo Verde cabe à Educação. Compreende-se esta diferença que é devida à forma como a luta se processou nos dois territórios, até à conquista da independência total ; num lado seguindo a via da luta armada, e no outro, a via da luta política.

Tanto na Guiné como em Cabo Verde, as percentagens despendidas com a Educação nos Orçamentos Gerais do Estado são elevadas, respectivamente de 23% e de 14%, o que traduz uma opção bem definida. Não é por acaso também que o número de alunos que frequentam as escolas é tão elevado ; superior, proporcionalmente, à grande maioria dos Estados independentes de África, que contam já, quase todos, com mais de uma dezena de anos de independência. Na Guiné, cerca de 10% da população frequenta a escola, e em Cabo Verde essa percentagem ascende a 25%.

No domínio financeiro, em face da difícil situação em que vivemos, os nossos Governos resolveram definir uma política de

austeridade e tomar, no plano prático, as medidas correspondentes.

Os deficits que caracterizam as nossas balanças comerciais são a herança recente que nos foi deixada pela administração colonial.

A inversão da situação actual no que respeita aos saldos das nossas balanças comerciais está em muito, dependente do ritmo que soubermos imprimir ao nosso desenvolvimento económico, da aplicação na prática de medidas efectivas de austeridade e, sobretudo, do aumento da capacidade produtiva dos nossos países nos próximos anos.

Para o aumento da nossa capacidade produtiva, o que é possível, mesmo usando ainda durante algum tempo os métodos tradicionais de trabalho, será preciso desenvolver e elevar gradualmente a consciência política dos nossos trabalhadores, tanto do campo como das cidades, e organizá-los melhor, tarefas essas que cabem sobretudo às organizações sindicais, mas também às cooperativas.

Tanto na Guiné como em Cabo Verde há dois sectores a considerar no que respeita ao comércio : o sector do Estado, com algumas empresas públicas, e o sector privado. Tanto num como noutro lado, se criaram organismos que asseguram o controle por parte do Estado das importações em geral e que têm o monopólio da importação dos artigos de 1ª necessidade. O comércio dos dois países, poderá melhorar grandemente com as medidas recente-

mente tomadas, aquando da visita à Guiné de uma Delegação chefiada pelo camarada Pedro Pires.

Um problema que está intimamente ligado com este do comércio, é o da alta de preços. Tal alta é um fenómeno corrente em todos os países de economia de mercado e também nos países em vias de desenvolvimento como o nosso, em consequência da situação monetária e económica internacional e devido ao facto da inflação que atinge todos estes países. Mas se é certo que é quase impossível evitar as consequências da inflação importada, é no entanto sempre possível criar-se um sistema de controle dos preços, que são já um resultado do açambarcamento, da especulação e da rareficação artificial do mercado ao nível nacional. Até agora, tanto na Guiné como em Cabo Verde, não se organizou devidamente o combate às infracções económicas, particularmente ao açambarcamento e à especulação. O serviço de controle dos preços e das condições de venda dos produtos, é fraco, quando existe. Com a adopção de uma legislação apropriada que se está a preparar sobre o assunto, pondo em acção o controle popular, com a colaboração dos organismos de base do Partido, com a constituição futura de Brigadas de Fiscalização ou de uma Polícia Económica, poderemos contribuir de uma forma eficaz para a estabilização dos preços e a melhoria de algumas condições da nossa economia.

Na Guiné e em Cabo Verde constatamos que a máquina do Estado ainda não está a funcionar da melhor forma possível e que há

algumas falhas que é urgente eliminar. Há ainda uma certa falta de coordenação de certos Departamentos e que seria necessário pôr cobro. Se queremos edificar uma economia que tenha por base a planificação e não a anarquia ou a liberdade incontrolada e incontrolável, com todas as suas más consequências, temos primeiro que tudo de realizar uma coordenação eficaz dos Departamentos ou Serviços que a ele devam estar sujeitos e temos de instituir com rigor uma disciplina, de acordo com os princípios que fixámos ou com as normas de acção e comportamento que definimos. Que cada um faça o que bem entender e aja isoladamente, não nos parece ser nem vantajoso nem salutar. A experiência mostra-nos a necessidade da criação de organismos pluridisciplinares de coordenação de actividades económicas, sujeitos no entanto a um organismo de tutela, e também de organismos de inspecção e controle de execução das tarefas decididas pelo Governo.

As nossas dificuldades actuais, a que há que acrescentar a falta de quadros técnicos qualificados, não nos permitiram até este momento, tanto na Guiné como em Cabo Verde, a preparação de um 1º plano de desenvolvimento. No entanto, como todos sabem, tem havido muito dinamismo e mesmo alguma audácia da parte dos nossos Governos em conceber inúmeros projectos que, a pouco e pouco, vão sendo postos em execução, nos principais domínios da nossa actividade produtiva e social, particularmente na Agricultura, Indústria, Educação, Saúde, Obras Públicas e na implantação de certas infraestruturas, como nos Transportes e Télécomu

nicações. Teremos no entanto que vir a preparar esse plano de desenvolvimento que é uma tarefa difícil nas condições em que nos encontramos. A nossa 1ª., e talvez a maior, dificuldade é a ausência de um aparelho estatístico capaz de nos fornecer os indicadores económicos de base, que são elementos indispensáveis para a consecução de um plano. Uma outra dificuldade, foi a herança deixada pelo colonialismo que nunca organizou a sério os Serviços de Estatística, quer do ponto de vista pessoal, quer do ponto de vista orgânico e estrutural. Nas nossas terras, a Estatística limitou-se a uma recolha mais ou menos amalgamada de alguns dados que nunca foram, nem devidamente utilizados nem sistematizados e, muito menos, cientificamente analisados. Teremos de o fazer nós. Devemos criar as condições para levar a cabo em breve um recenseamento geral da população, concebido em bases científicas. Isso será um elemento preciso para ajudar na elaboração dos nossos planos de desenvolvimento. Também se impõe a inventariação de todos os nossos recursos.

Parece-nos que devemos pensar a sério na necessidade da elaboração conjunta, e não cada um por seu lado, de um só plano geral de desenvolvimento para a Guiné e Cabo Verde. Julgamos isto não só possível mas desejável, sobretudo tendo em conta as nossas debilidades económicas e também, em certa medida, a complementaridade das nossas economias.

Noutros domínios da nossa actividade tão importantes, como

a educação e a saúde estamos a seguir orientações semelhantes mas podemos e devemos estreitar as relações entre os respectivos Departamentos e pensar soluções comuns. É o caso por exemplo da Reforma do ensino. Os livros e programas deveriam ser únicos para a Guiné e Cabo Verde.

Eis camaradas algumas considerações gerais que nos parecem ser necessárias para vos dar uma perspectiva da nossa situação, em diversos dos seus aspectos essenciais. Para finalizar, queríamos apenas fazer uma breve referência às nossas gloriosas Forças Armadas e aos Serviços de Segurança, sobre as quais haverá no entanto Relatórios particulares, para vos dizer quanto o nosso Partido conta com a sua dedicação e a sua vigilância para a garantia da continuidade da aplicação dos princípios do Partido e a salvaguarda dos interesses do nosso povo na Guiné e Cabo Verde.